

REGIÕES BRASILEIRAS: COMPREENDENDO AS DIVERSIDADES CULTURAIS

André de Paula Silva
andre-20ps@hotmail.com¹

Leonardo de Sousa Zaro
leonardoszaro@gmail.com

Resumo

Com a pretensão de promover uma prática significativa no Ensino de Geografia, a presente proposta lança luz sobre o tema Região e Cultura considerando reflexões sobre as metodologias adequadas para ocasionar a compreensão e a construção dos conceitos estabelecendo uma ligação entre as variadas manifestações culturais presentes nas regiões brasileiras. Visto a complexidade de se conceituar o tema região o intuito foi proporcionar, por meio de uma experiência prática, o entendimento deste conceito a partir das manifestações culturais pelo Brasil contando com o auxílio de uma atividade dinâmica objetivando a apropriação do espaço escolar, no caso a sala de aula, pelos alunos onde estes puderam ter a oportunidade de serem agentes ativos numa proposta de regionalização, que foi construtivo havendo progressos e dificuldades inerentes a toda experiência de ensino e aprendizagem que constroem a prática docente.

Palavras-chave: Região, Cultura, Ensino de Geografia.

Introdução

O Ensino de Geografia está constantemente em contato com questões diretamente relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem que tem por objetivo trazer contribuições capazes de avançar na qualidade da Geografia Escolar e, por consequência, da Educação como processo mais amplo.

Dentre as dificuldades mais recorrentes na abordagem da Geografia Escolar está o trabalho com os conceitos ou categorias geográficas, que constituem a base epistemológica para o trabalho com a Geografia e o entendimento coerente de seu campo de estudo, disso decorre a importância de se ter claro quais são eles para, posteriormente, abraçar não somente fragmentos do campo de estudo, mas a sua totalidade. Para a Geografia os conceitos ou categorias geográficas são: espaço, território, paisagem, lugar e região sendo todos eles de

¹ Universidade Federal de Alfenas - MG

extrema relevância para a compreensão dos fenômenos e seus consequentes desdobramentos.

Neste presente trabalho utilizaremos o conceito de região como ponto de partida para a compreensão das regiões brasileira a começar pela relevância dos aspectos culturais que se manifestam em cada uma delas, de tal forma que, a associação entre região e cultura, seja capaz de redefinir as concepções preestabelecidas a partir do senso comum para progredir na construção de um mundo que não é dado ou estático, contudo em constante produção inclusive pela própria cultura.

Para alcançar esse objetivo, utilizaremos de teorias e práticas que auxiliem na reflexão e direcionamento do trabalho do professor em busca de um melhor entendimento sobre o conceito de região a partir da cultura diretamente envolvida com o cotidiano dos alunos.

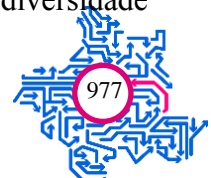
A região na Geografia Escolar e na História do Pensamento Geográfico

Antes de tudo, para se trabalhar o conceito de região em sala de aula, é necessária previamente uma breve revisão sobre o tema e a importância de sua compreensão para efetivar práticas escolares de aprendizagem com o tema região e cultura. Entendido como um desdobramento do conceito de espaço e, conseqüentemente, inserido nele o conceito de região ganha importância principalmente no Ensino Fundamental II, é possível constatar a importância do conceito região nos documentos oficiais como nos PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia (1998) e no CBC – Currículo Básico Comum do governo de Minas Gerais (2007).

Nos próprios documentos oficiais uma breve leitura é capaz de atestar que, apesar de figurar junto com as demais categorias de análise como espaço, paisagem, território e lugar, pouco destaque é dado à categoria região em comparação com as demais, o que nos leva a indagar sobre qual seria o motivo responsável por colocar essa categoria aquém de si mesma? A resposta para esta pergunta se encontra na complexidade imbricada na categoria que demanda um esforço teórico maior para sua compreensão. Um passeio pela história do pensamento geográfico pode ser útil para desmistificar essa situação.

Com base neste contexto é possível perceber que as Políticas Públicas da Educação, mais especificamente as curriculares, trazem a importância de se trabalhar os conceitos geográficos na educação básica, este posicionamento é reflexo da História do Pensamento Geográfico que se desenvolve na Ciência, mas que reflete diretamente na Geografia Escolar.

Nos PCN's é possível identificar a preocupação estabelecida com a diversidade



cultural através do conhecimento geográfico que atravessa, necessariamente, as categorias ou conceitos geográficos dentre os quais figura a região, já no CBC – Currículo Básico Comum de Minas Gerais – tal conceito perde foco, sai de um caráter subjetivo e amplo migrando para um enfoque pragmático no qual os eixos temáticos desconfiguram o conceito através de uma prática sistematizada e desconexa em que sua atenção se volta mais para os aspectos econômicos e de organização espacial, deixando de lado as dimensões mais significativas da aprendizagem do conceito de região através da cultura.

Durante o percurso da Geografia como ciência, o conceito de região foi se reinventando e se modelando conforme a estrutura de pensamento de cada corrente em sua época. Na linha considerada tradicional esse conceito foi definido por duas vertentes: a determinista e a possibilista. Na visão determinista o determinismo ambiental era a principal corrente de pensamento tomando o conceito de região natural como balizador, em que regiões podem ser entendidas como superfícies da terra integradas por aspectos físicos como clima, vegetação ou relevo, servindo como meio para se compreender as relações entre homem e natureza. Já na visão possibilista, baseada em La Blache, a ação humana modela a relação homem/natureza em que o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida no qual se baseia a região concebida, então, nessa visão como região geográfica a paisagem acaba conferindo singularidade à região.

Já na Nova Geografia ou Geografia Teorética a região toma um enfoque mais pragmático sendo definida estatisticamente. Região é um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares. Sendo assim, as divisões entre as regiões são guiadas pela lógica, agrupando pelas semelhanças e se dividindo pelas diferenças (CORREA, 2010).

Procurando se opor à visão da Geografia Teorética outra corrente propôs uma nova e mais completa visão da realidade, a Geografia Crítica surge como alternativa para definir de forma mais clara o conceito de Região que até então não estava claramente definido. Nessa corrente a articulação dos modos de produção e acumulação capitalista é considerada primaz para compreensão da realidade espacial. Portanto, é no modo de produção capitalista que o processo de regionalização se acentua marcado pela simultaneidade dos processos de diferenciação e integração, pois os processos de mudança deram-se de modo desigual no tempo e espaço, o aparecimento da visão social do trabalho, propriedade da terra e da classe

social. Ou seja, é possível perceber, como designa Bezzi (2004), que para esta corrente a base para os fenômenos de regionalização giram em torno da produção capitalista a qual gera consequências refletidas no espaço atingindo, também, o conceito de região.

A Geografia Crítica, além de censurar e condenar os paradigmas que a precederam, procura reinterpretar, com base na teoria marxista, aspectos que tinham sido abordados pela Nova Geografia. Dessa forma, reexaminam-se questões como terra urbana, habitação, transportes regionais, localização industrial, entre outros. A Geografia Crítica descobre o Estado e os demais agentes de organização espacial (os proprietários rurais, os industriais, os banqueiros, os incorporadores imobiliários, entre outros) como importantes agentes na estruturação dos recortes regionais (BEZZI, MERI. L, 2004, p. 181).

Posteriormente, na Geografia Humanística, a região é vista com ênfase na identidade cultural em que esta é entendida como um conjunto de relações percebidas e vividas no espaço. Sendo assim, pertencer a uma determinada região significa fazer parte do grupo social nela estabelecido que se produz especificamente no espaço o que traz a tona também sua forte relação com o conceito de lugar pela identidade e pelo pertencimento, incorporando, assim, uma subjetividade como ressalta Bezzi (2004)

Assim, a região é, em substância, uma construção mental que, a partir de uma visão seletiva da realidade, congrega elementos de forma intersubjetiva, criando um código próprio que norteia as decisões e os comportamentos. Os elementos são oriundos de uma realidade objetiva, porém os critérios que os unem, ou selecionam, são estabelecidos em uma base comum de subjetividade. Há diferenças individuais nessa escolha e interpretação da realidade, mas que estão, em sua maior partes, submetidas a uma subjetividade que ultrapassa o pessoal e encontra coerência e força no coletivo (BEZZI, MERI. L, 2004, p. 207).

Já no final da década de 1970 surge a Divisão do Território Nacional, designada pelo Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística (IBGE). Tal divisão foi feita com base em aspectos estatísticos e econômicos dividindo o país em cinco grandes regiões atuais sendo elas: Região Norte, Região Nordeste, Região Centro-Oeste, Região Sudeste e Região Sul, além de procurar a delimitação entre espaços homogêneos e polarizados.

Além da definição das Grandes Regiões do país, esta divisão regional proposta no final da década de 1960 buscou “demarcar espaços homogêneos e espaços polarizados” no território brasileiro (IBGE, 1970, p.vii). Em relação à definição dos espaços homogêneos, pode-se dizer que estes foram tidos como uma “forma de organização em torno da produção e seriam expressos “por combinações de fatos físicos, sociais e econômicos” (CONTEL, FABIO. B, 2014, p. 33).

Recuperar nos fundamentos históricos da evolução da Geografia enquanto ciência a posição da categoria região, bem como suas modificações, é importante para que o trabalho



do professor não se torne perdido, vago ou até mesmo confuso frente à quase sempre abordagem tradicional encontrada nos livros didáticos que orientam o professor. De acordo com os PCN's (1998) diversas são as dificuldades que podem prover da dificuldade do professor em compreender seu próprio campo de estudo como o abandono das categorias da Geografia como direções elementares dos estudos geográficos; o enfoque nos conceitos compreendidos pela memorização e não pela reflexão e apropriação de seus significados; a clássica separação entre as áreas física e humana da Geografia responsável por fragmentar a noção de totalidade do espaço, no qual interagem constantemente o físico e humano; por fim a não utilização da Geografia como lente de leitura dos fenômenos espaciais da realidade. Ou seja, os obstáculos estão presentes no que se refere ao domínio do conceito e aos procedimentos metodológicos relacionados à psicologia da aprendizagem.

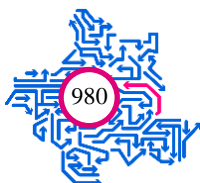
Proposta metodológica para o Ensino de Região

A metodologia utilizada para aplicação desta proposta é o socioconstrutivismo que procura confluir na produção do conhecimento a teoria em conjunto com as experiências do aluno, tendo como ponto de partida a mediação do professor estimulando a autonomia na construção do conhecimento.

Os conceitos estão presentes de modo inegável nas diversas áreas do conhecimento e de sobremodo nas áreas de ciências humanas acompanhados, inclusive, por contextualizações e problematizações com o intuito de reflexionar sobre as hipóteses explicativas da realidade. É necessário compreender as transformações recorrentes no espaço em consonância com sua própria produção, tendo em vista que os alunos são também os responsáveis pelos fenômenos sociais, logo chamar atenção para o seu papel, experiência e valores contribui para incorporar dentro das dimensões da sala de aula aquilo que julgamos estar distante dela.

A presença da cultura no ambiente escolar e da sala de aula é exemplo dessa presença plural, entretanto convém reforçar o significado de cultura a partir de seu reconhecimento sendo o cotidiano dos alunos diretamente atravessado por expressões culturais midiáticas que interferem na construção do imaginário geográfico, ou seja, condiciona as concepções dos alunos sobre vários aspectos entre eles o cultural. Os meios de comunicação, portanto transmitem, interferem e criam situações no aspecto cultural a partir da relação local-global e seus desdobramentos sentidos diretamente no contexto local.

A proposta prática foi desenvolvida em dois momentos, sendo que no primeiro foi de



apresentação do tema da aula e de identificação dos conhecimentos prévios dos alunos, por meio de uma roda de conversa os alunos foram instigados a socializarem sua representação social dos conceitos chaves de região e cultura. Foi solicitada aos alunos a aplicação destes conceitos numa frase que expresse a correlação entre eles, já que para elaborar frases os alunos devem pensar sobre os conceitos e os sentidos dos mesmos. Este processo colabora para que o professor perceba o envolvimento, assimilação e associação destes conceitos pelos alunos.

Após a formulação do conceito os alunos foram estimulados a refletir sobre qual seria a relação possível entre cultura e região no espaço geográfico, nessa fase espera-se que relacionem a cultura como uma maneira de regionalizar, logo após essa problematização foi permitido o debate e exposição das ideias pelos alunos e construído um mapa conceitual a partir dos elementos colocados no quadro como representações do que seria cultura. Feito isso foram apresentadas aos alunos as cinco regiões do Brasil definidas pelo IBGE e imagens dos aspectos culturais que se constituem como marcos delas, em cada região apresentada os alunos, pela mediação, foram levados a refletir sobre o processo histórico, social e geográfico que desenharam traços culturais na produção do espaço geográfico em confronto com a questão dos estereótipos das regiões.

O objetivo nessa etapa é levar os alunos a compreenderem que os objetos do espaço geográfico são repletos de práticas sociais, de nada vale estudar os objetos (as manifestações culturais) sem levar em conta os atores (as práticas sociais) e a relação que desenvolvem entre si. Nesse momento, também, foram apresentadas as regiões brasileiras sob o enfoque cultural a partir das correlações com outros elementos sociais e econômicos priorizando a diversidade cultural como elemento marcante do Brasil.

Em um último momento teórico foi possível notar que os alunos construíram o conceito de região teoricamente tendo como base os princípios geográficos como ressalta Nogueira (2005), começando pelo princípio de extensão em que foi possível ter a noção de onde acontecem os fatos, começando então pelas regiões brasileiras. Após esse momento foi incitado o princípio de causalidade que se refere ao porquê de tais acontecimentos, nesse caso os alunos foram indagados a responder a causa das disparidades de desenvolvimento entre as regiões pelo mundo e pelo Brasil, tendo uma resposta satisfatória e conseguindo ligar com a ideia de regiões dominadas e dominadoras onde se notou o princípio de conexidade, que, por sua vez, é importante para evidenciar a conexão e subordinação entre os conteúdos

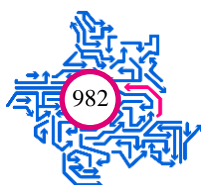


comparando as regiões menos desenvolvidas do mundo com as menos desenvolvidas do Brasil, partindo então para princípio de analogia, em que são feitas comparações com fatos próximos da realidade do aluno e caminhando para o princípio temporalidade, pois conseguiram construir a noção de que tais desigualdades não foram impostas instantaneamente, mas são fatos com raízes históricas que perduram até hoje e se reconstróem em diferentes contextos em relação ao tempo e se especializam, entendendo os fenômenos em sua totalidade pelas relações entre o global e o local chegando ao princípio de atividade pela temporalidade.

O segundo momento foi destinado para uma parte prática com objetivo de levar os alunos a construírem regiões partindo de sua realidade. Primeiramente se identificou, após um levantamento prévio, por meio de uma dinâmica com aspectos do cotidiano dos alunos quais eram as preferências musicais mais comuns entre os alunos, a escolha pela música se deve ao fato de ser uma expressão do movimento cultural que se apresenta de forma plural e diversa na sociedade e que atinge à todos, este procedimento foi essencial para fazer com que os alunos se sintam inseridos e sejam agentes ativos no processo de ensino e aprendizagem confrontando o conhecimento do senso comum com o científico, conforme nos assinala Cavalcanti (1996).

Identificou-se o predomínio de dois estilos musicais predominantes: Sertanejo e Funk. A partir daí com apenas alguns fios de barbante foi feita a regionalização da sala de aula por meio dos alunos. Houve a divisão em duas grandes regiões: do Sertanejo e do Funk. Após a delimitação dessas duas regiões a sala foi dividida em mais algumas regiões menores tendo como critério os gostos musicais remanescentes da turma, neste processo foi debatido, por meio dos exemplos práticos feitos pela dinâmica, a dificuldade que se tem em regionalizar os espaços e como a cultura influencia nestes aspectos, pois ficou evidente somente com a ideia de agrupamentos pelos gostos musicais, por estes não serem homogêneos, que os alunos entraram em pequenos “conflitos” que se deram pelas preferências musicais. Alunos pertencentes ao grupo do Rock, por exemplo, que manifestaram o desejo de não pertencer ao mesmo grupo do estilo musical Rap ou Sertanejo. Porém, estes mesmos alunos da região pertencente ao estilo musical do Rock aceitaram pertencer ao mesmo grupo em que estava o estilo musical Reggae.

Por outro lado, o grupo do estilo musical Rap aceitou pertencer ao mesmo grupo do



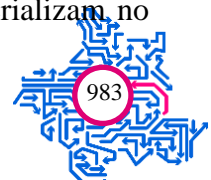
estilo musical funk, formando então três regiões em sala de aula: uma pertencente a alunos com afinidade musical com Sertanejo ou Pagode; uma segunda região pertencente ao grupo de alunos com afinidade ao Rock ou Reggae e uma terceira região com alunos de gosto musical pertencente ao Funk ou Rap. Com isso foi possível explorar a ideia das dificuldades de uma regionalização, da heterogeneidade intrarregional bem como interregional e do estereótipo de regiões homogêneas, indo de encontro com a aula expositiva-teórica instigando os alunos a construir as ideias de modo autônomo e correlacionar com a problemática da regionalização no Brasil, além de ser provocado nos alunos maneiras de intervenção ou proposições para essa questão e outras que possam surgir vinculando os procedimentos conceituais, procedimentais e atitudinais.

Com isso foi possível o avanço na construção do conceito de região, sua aplicação e leitura dos alunos na realidade bem como a possibilidade de compreensão mais abrangente do espaço geográfico a partir da ótica cultural.

Considerações Finais

Compreender o conceito de Região não é uma tarefa considerada simples. Como já foi discutido, tal conceito é complexo e gera diversos debates no mundo acadêmico, porém há uma grande necessidade e importância de se trabalhar-lo na educação básica visto que está presente nas relações e na vida cotidiana de qualquer ser humano. O que se procurou com esse trabalho foi, a partir de uma atividade de caráter dinâmico e prático, que os alunos pudessem se apropriar do espaço também de forma teórica e prática a partir do conceito de região e cultura.

Com a prática iluminada pela teoria foi possível perceber que grande parte dos objetivos iniciais da atividade foram atingidos. Dessa forma os alunos conseguiram, por meio de uma atividade prática, perceber como pode se realizar uma regionalização por aspectos culturais, no caso, o gosto musical e suas dificuldades, desconstruindo assim a ideia de Região como estática e também a Regionalização do IBGE como única possível, ademais ao fato de constatar a vinculação entre os elementos naturais e sociais com o cultural. Entretanto foi percebido que o tempo, no caso duas aulas de cinquenta minutos, foi considerado escasso para um pleno desenvolvimento das atividades, para o amadurecimento da temática e o início da construção do conceito pelo aluno, sendo assim pode ser proposto um maior tempo para se trabalhar com mais tranquilidade e eficácia a temática, buscando sempre proporcionar uma compreensão da realidade por meio dos fatos e das relações sociais que se materializam no



espaço que é proporcionado pela Geografia.

Referências bibliográficas

BEZZI, M. L. **Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas.** Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: geografia.** Brasília, MEC/SEF, 1998. 108p.

CAVALCANTI, L.S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial.** SP: Ed. Ática, 1991

MINAS GERAIS. Secretária de Estado da Educação. **CBC - Conteúdo Básico Comum.** Proposta Curricular de Geografia do Ensino Médio, 2007.

GOMES, Paulo C. da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

NOGUEIRA, V. Os fazeres na educação geográfica: princípios e pressupostos. In: CASTELLAR, S. (Org.) **Educação Geográfica: Teorias e Práticas docentes.** São Paulo: Contexto, 2005 p.121-159.

